

I. O contexto histórico

1. Situada na África Austral, Angola acedeu à independência a 11 de Novembro de 1975, no meio de uma guerra civil que só terminou em Fevereiro de 2002.
2. Colonizada por Portugal, Angola só conseguiu obter a sua independência ao preço de muita dor e de muitos sacrifícios. Com efeito, o regime então vigente em Portugal, dirigido pelo Prof. Oliveira Salazar, não tinha aceite descolonizar pacificamente as suas ex-colónias. Assim, aos nacionalistas africanos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, não restou outro caminho que não fosse o de pegar em armas e combater o colonialismo.
3. A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas (MFA) promoveu um golpe de estado que derrubou o governo colonialista português e abriu caminho para a independência das ex-colónias portuguesas.
4. Nessa altura, ao contrário de Moçambique e da Guiné-Bissau, em Angola as forças nacionalistas estavam profundamente divididas e quando o novo regime português quis descolonizar havia três Movimentos de Libertação no país: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) dirigida por Holden Roberto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) chefiado por Agostinho Neto e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) presidida por Jonas Savimbi.
5. Como nessas condições não era possível conceder a independência a Angola, a 5 de Janeiro de 1975, no Quénia, sob a mediação do Presidente Jomo Kenyatta, os três Movimentos de Libertação de Angola organizaram uma “plataforma de entendimento” na Cimeira de Mombaça. Em seguida, os mais altos dirigentes da FNLA, do MPLA e da UNITA, foram para Portugal negociar a independência do país, e a 13 de Janeiro de 1975 assinaram com o Governo Português o Acordo de Alvor que previa um Governo de Transição, a formação de um exército único e a convocação de eleições gerais antes da independência de Angola, marcada para 11 de Novembro de 1975.
6. Infelizmente, antes da data da independência estalou uma guerra civil entre os três Movimentos de Libertação Nacional, a tal ponto que no dia 22 de Agosto de 1975, face à impossibilidade de se realizarem eleições no território e de se proceder pacificamente à transferência da soberania aos angolanos, a antiga potência colonial portuguesa, suspendeu o Acordo do Alvor, na esperança de se vir a restabelecer a situação.
7. Contudo, a paz não foi restabelecida e a independência teve lugar em plena guerra civil na presença de exércitos estrangeiros.
8. Na véspera do dia da independência, pouco depois das 12 horas, em cerimónia que decorreu no Salão Nobre do então Governo Provincial de Angola, perante os jornalistas aí presentes e sem nenhum cidadão angolano, o último representante da soberania portuguesa em Angola, o Alto Comissário Almirante Leonel Cardoso, disse: “em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente – com efeito a partir das 0 horas do dia 11 de Novembro de 1975 – a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no Povo Angolano,

a quem pertence decidir as formas do seu exercício”. E prosseguiu dizendo que Portugal entregava Angola aos angolanos, depois de quase 500 anos da sua presença.

9. A guerra prosseguiu e a 8 de Fevereiro de 1976, o MPLA conseguiu o domínio das cidades e à FNLA e à UNITA não restou outro caminho senão o da guerra de guerrilhas. Com o decorrer do tempo, a FNLA abandonou o maquis, mas a UNITA conseguiu firmar-se, controlar um território e, a 31 de Maio de 1991, forçar um Acordo de Paz com o Governo Angolano, sob a mediação portuguesa de Durão Barroso.
10. Em 29 e 30 de Setembro de 1992, realizaram-se em Angola as primeiras eleições legislativas e presidenciais e os Partidos Políticos da oposição denunciaram fraude massiva, tendo subscrito uma declaração a esse respeito (**Anexo 1**). Após aturadas negociações, no dia 30 de Outubro de 1992, a delegação da UNITA e do Governo chegaram a um Acordo tendente a resolver o impasse pós-eleitoral, que seria assinado na tarde desse dia. Tal não aconteceu porque nessa mesma tarde, as instalações da delegação da UNITA foram atacadas pelo Governo. Seguiram-se violentos confrontos em Luanda onde foram presos e mortos altos dirigentes da UNITA e a guerra recomeçou em todo o país.
11. Em 31 de Outubro de 1994, sob a mediação de Alioune Blondin Beye das Nações Unidas, foi assinado o Protocolo de Lusaka que permitiu o regresso da paz e a criação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). Mas, em Dezembro de 1998, a guerra começou outra vez e a 22 de Fevereiro de 2002 Jonas Savimbi foi morto em combate no Moxico. Seguiu-se o Protocolo do Luena que criou uma agenda de reconciliação nacional, tendo a paz militar sido formalizada em Luanda, a 4 de Abril de 2002.
12. A 5 de Setembro de 2008 realizaram-se Eleições Legislativas. O MPLA saiu delas vencedor com 82% dos sufrágios, mas a UNITA e a generalidade da oposição constatou grosseiras e generalizadas irregularidades por todo o país, pondo em causa a lisura de todo o processo eleitoral.
13. Digno de nota são os relatórios das Missões de Observação da comunidade internacional (nomeadamente da União Europeia e do Parlamento Pan-Africano) que, eles também, assinalaram uma série de irregularidades que põem seriamente em causa a lisura deste processo eleitoral.
14. Que foi então o que aconteceu nessas eleições? Que é essencial acontecer no futuro para que os processos eleitorais venham a ser mais transparentes? É o que o leitor vai saber ao longo das páginas que se seguem.